

1

Introdução

1.1

O que motivou a pesquisa e objetivos

Os conceitos de transitividade verbal e de complementação verbal são de fundamental importância para o estudo da sintaxe na língua portuguesa. Entretanto, o modo como tais conceitos vêm sendo tratados e apresentados em gramáticas e livros didáticos tem demonstrado algumas lacunas e incoerências que suscitam inúmeras dúvidas nos estudantes.

Dentro dessa visão, a transitividade verbal seria uma característica intrínseca ao verbo e seria relacionada à ideia de completude ou não da informação transmitida por este, sem levar em consideração a circunstância e o sentido nos quais o verbo está sendo empregado, tampouco a natureza do(s) elemento(s) a ele ligado(s). Esta abordagem apresenta alguns problemas e por isso será intensamente questionada por outros autores.

O primeiro problema que se observa relaciona-se à definição imprecisa do que a gramática tradicional chama de “complemento” ou de “adjunto”. É ensinado, por exemplo, ao aluno, que verbos intransitivos não precisam de complemento verbal. Entretanto, quando

Eles moram no Rio de Janeiro.

apresentadas estruturas como imediatamente é questionada a possibilidade do termo “no Rio de Janeiro” ser retirado, sem que o sentido seja prejudicado. Se é tido como “complemento” aquilo que é indispensável à realização do verbo e como “adjunto” aquilo que é acessório, como explicar, então, que o termo “no Rio de Janeiro” seja considerado, pela gramática, como adjunto?

Outro problema relaciona-se aos complementos preposicionados. A gramática tradicional reúne todos os complementos acompanhados por preposição

sob a classificação de objeto indireto, sem levar em conta a diferente natureza desses complementos.

O objetivo deste trabalho é, partindo de uma orientação funcionalista e tomando como base a Gramática de Valências, demonstrar que, no estudo das orações, é preciso que se levem em consideração dois pólos de análise: a sintaxe e a semântica. Desse modo, pretende-se organizar e tornar mais coerente a maneira como é tratado o conceito de transitividade verbal e as noções de complemento e de adjunto do verbo.

1.2

Metodologia

A pesquisa que serviu de base a este trabalho tem orientação funcionalista, guiando-se por princípios tais como: 1. o texto é a unidade maior do funcionamento da língua; 2. as regras da gramática se depreendem do uso da língua; e 3. é no uso que os significados e as funções dos itens lexicais e gramaticais se constroem.

O ensino de língua portuguesa nas nossas escolas apoia-se, em grande parte, por razões que não cabe aqui apontar, nos livros didáticos e nos compêndios de gramática de modelo tradicional. Um rápido exame desse material leva à conclusão de que aquilo que se apresenta aos estudantes como a gramática da língua vernácula é um conjunto de regras bastante distanciado da realidade dos fatos linguísticos.

No que toca ao tema escolhido para esta dissertação, é preciso desembaraçar criteriosamente os fios do emaranhado que constituem o que se diz sobre a complementação verbal e conceitos a ela relacionados, como as noções de termo complementar e acessório e de transitividade.

Para tanto, o caminho que pretendemos seguir passa pela revisão crítica da gramática de modelo tradicional, observando que, apesar da aparente homogeneidade de tratamento da matéria, há diferenças às vezes marcantes entre

os autores. Nessa linha, trataremos das gramáticas de Cunha e Cintra (2001) e de Rocha Lima (2007).

Numa segunda etapa, examinaremos alguns trabalhos mais recentes que fogem em parte ou totalmente à orientação tradicional. Estão neste caso a *Moderna Gramática Portuguesa* de Bechara (edição a partir de 1999), a *Gramática de usos do português* de Moura Neves (2000), a dissertação de mestrado de Maria Eliana Duarte Alves de Brito (1986) e a *Gramática de Valências* de Busse e Vilela (1986).

A análise será feita com apoio em um conjunto de dados, colhidos em textos escritos diversos e em exemplos por nós criados a partir da nossa intuição linguística. Frequentemente serão re-analisados exemplos encontrados nos textos consultados.

1.3

O Funcionalismo

Pode-se considerar, com algum exagero, que as diferenças entre os modelos funcionalistas correspondem aos linguistas que adotam este ponto de vista. Em parte, isso se justifica pelo fato de que o funcionalismo, mais do que uma teoria, é um modo de pensar a organização do mundo.

É corrente que o funcionalismo tem suas bases no Círculo Linguístico de Praga. Esse grupo de linguistas, oriundo do estruturalismo saussureano defende que a estrutura das línguas é determinada por suas funções características.

O Círculo foi fundado por Mathesius em 1926 e contou com a colaboração de outros linguistas, como o alemão Karl Bühler. As chamadas Teses de Praga foram o resultado do primeiro Congresso Internacional de Linguística de Haia, em 1928. Os representantes de maior relevo do grupo foram Troubetskoï e Jakobson.

As Teses de Praga englobam pontos de vista importantes, como: 1. a língua ser vista como produto da atividade humana, daí a importância da função;

2. as mudanças linguísticas deverem ser tratadas, encaixadas de acordo com as leis dos fatos evolutivos e não aleatoriamente; 3. considerar o predicado como o centro da sintaxe; e 4. a natureza das funções linguísticas ser determinante da estrutura das línguas.

Não pretendemos acompanhar o desenvolvimento dos princípios funcionalistas até os nossos dias. O trabalho de Neves (1997) expõe o assunto de maneira objetiva e criteriosa.

Costuma-se apontar três tipos de funcionalismo: conservador, moderado e extremado. Entre os moderados, ressaltamos Mickael A. K. Halliday, Simon Dik e Talmy Givón.

Importante para o presente trabalho é a distinção entre um enfoque formal e um funcional. Neves (1997) explicita a relação entre pragmática, semântica e sintaxe nos paradigmas formal e funcional. Transcrevemos um quadro comparativo adaptado pela autora Neves (1994:48) a partir de Halliday (1985):

GRAMÁTICA FORMAL	GRAMÁTICA FUNCIONAL
Orientação primariamente sintagmática.	Orientação primariamente paradigmática
Interpretação da língua como um conjunto de estruturas entre as quais podem ser estabelecidas relações regulares.	Interpretação da língua como uma rede de relações: as estruturas como interpretação das relações.
Ênfase nos traços universais da língua (sintaxe como base: organização em torno da frase).	Ênfase nas variações entre línguas diferentes (semântica como base: organização em torno do texto ou discurso).

(M. A. K. Halliday, 1985: *Introduction*. Adaptação de M. H. M. Neves (1994c))

A Gramática de Valências insere-se no Funcionalismo. Sua preocupação central é, partindo do verbo como núcleo dinâmico da frase, a relação forma-conteúdo. Para Busse e Vilela (1986:13), valência é “o número de lugares vazios

previstos e implicados pelo (significado do) lexema. São precisamente os verbos que apresentam de modo mais evidente estruturas relacionais de tipo valencial”. Os lugares vazios são os argumentos, designação emprestada da lógica.

Do ponto de vista do número de argumentos, os verbos podem ser avalentes (chover, nevar); monovalentes (correr, dormir); bivalentes (comer, ver, gostar); trivalentes (dar, oferecer). Verbos que solicitam quatro lugares vazios (tetravalentes), como ‘deslocar’, ‘traduzir’ são incorporados por alguns autores entre os trivalentes.

Seria uma visão reducionista considerar que, na realização de verbos bivalentes, os argumentos tivessem as mesmas características. Observem-se os argumentos à direita do verbo:

- (1) O gato bebeu **o leite**.
- (2) O gato gosta **de leite**.
- (3) O cachorrinho obedece **ao treinador**.

Em (1), **o leite** equivale ao objeto direto da gramática tradicional. Em (2) e (3), **de leite** e **ao treinador** correspondem ao que Rocha Lima considera complemento relativo. Busse e Vilela apresentam dez diferentes tipos de actantes (argumentos), o que será analisado mais adiante neste trabalho.